

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

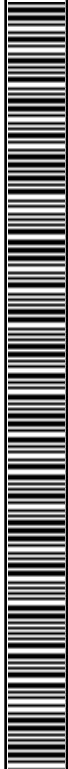
art. 22, inc. II, alínea "h" da Lei 11.101/2005

C.M. CASTILHO TRANSPORTES ME



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	6
3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES	10
4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS	14
5. CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005	16
6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005	20
GLOSSÁRIO	22



Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Maringá – Estado do Paraná.

Dr. Mário Seto Takeguma

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório de Análise de Plano de Recuperação Judicial, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “h” da Lei 11.101/2005.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pela Recuperanda, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como no Plano de Recuperação Judicial e anexos apresentados nos autos de Recuperação Judicial.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais interessados, as disposições do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados nos autos recuperacionais estão disponíveis para consulta no **Processo nº 0005910-33.2023.8.16.0017** e no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 20 de outubro de 2023.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRAÇÕES JUDICIAIS
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES
OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319

1



SUMÁRIO EXECUTIVO

Assunto	Observações
Síntese do PRJ	O PRJ foi apresentado tempestivamente pela empresa Recuperanda no dia 09 de outubro de 2023, ao mov. 103, o qual dispõe sobre os meios de recuperação pretendidos, os possíveis cenários de soerguimento da atividade, as propostas de pagamento dos credores concursais e novação dos créditos.
Condições de Pagamento de Credores	O PRJ apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em sua “parte III – Pagamentos dos Credores”, estabelecendo carência a para início dos pagamentos e outras formas de renegociação da dívida.
Alienação de Ativos	O PRJ estabelece em sua cláusula “Parte IV – Da Alienação de Bens” que a Recuperanda não detém patrimônio a ser alienado para garantia das dívidas, bem como que os veículos que integram sua frota não poderão sair de sua posse até o pagamento integral dos credores.
Cláusulas Conflitantes com a Lei 11.101/2005	Após análise do PRJ apresentado pela Recuperanda, foi identificado por esta Administradora Judicial três cláusulas parcialmente ilegais, quais sejam, “Viabilidade Econômica do Plano”, “Novação” e “Parte IV – Da Alienação de Bens”.
Condutas Previstas pelo art. 64 da Lei 11.101/2005	No Plano de Recuperação Judicial em análise, não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.



2

SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



2.1 TEMPESTIVIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Consoante prevê a redação do artigo 53 da Lei 11.101/2005, a empresa Recuperanda possui o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar em Juízo seu Plano de Recuperação Judicial, a contar da publicação da decisão que defere o processamento da Recuperação Judicial.

In casu, extrai-se dos autos recuperacionais que a decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no dia 08 de agosto de 2023, razão pela qual se têm como prazo fatal para o cumprimento de tal determinação exarada pela Lei 11.101/2005, a data de 09 de outubro de 2023.

Compulsando os autos, extrai-se que a Recuperanda apresentou seu Plano de Recuperação Judicial em 09 de outubro de 2023, ao mov. 103 dos autos, restando, portanto, **TEMPESTIVO** tal ato, consoante fundamentação supra.

2.2. RESUMO DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO

Compulsando o caderno processual, esta Administradora Judicial constatou que a Recuperanda, quando da apresentação do PRJ ao mov. 103 dos autos recuperacionais, **deixou de acostar o laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor**, conforme determina o art. 53, III da LFRJ. Vejamos:

“Art. 53. O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência, **e deverá conter**:

III – **laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor**, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.”

Nada obstante ao dispositivo legal mencionado supra, conforme já mencionado alhures, percebe-se que a Recuperanda deixou de apresentar tal documentação juntamente ao seu Plano de Recuperação Judicial, fato este que culmina no descumprimento do comando legal colacionado acima.

Assim, ante a ausência de apresentação pela Recuperanda dos referidos documentos exigidos pela legislação que rege o procedimento recuperacional, resta, neste momento, impossibilitada a análise de tais dados por esta Administradora Judicial.

2.2.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO

Constatou-se que o Plano de Recuperação judicial apresentado pela C. M. Castilho Transportes ME aos autos no mov. 103, não abordou todos os dados e análises necessárias, devido à ausência do laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor.

Por conseguinte, entende-se como indispensável que a Recuperanda apresente os aludidos documentos ausentes, conforme exige o art. 53, inciso III da Lei 11.101/2005.

Mediante todo o exposto, esta Administradora Judicial conclui que os documentos apresentados pela Recuperanda, no presente processo, se encontram parcialmente em conformidade as determinações da Lei 11.101/2005, devido à ausência da documentação disposta no art. 53, inciso III.

2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

A Recuperanda apresentou na parte II do PRJ, os meios de recuperação que pretende adotar visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei 11.101/2005, nos termos expostos infra:

- Estabelecer uma fonte de obtenção de recursos;
- Estabelecer uma estrutura para pagamento de seus créditos;
- Concessão de prazos e condições especiais para pagamento dos credores bancários e pequenos fornecedores.

Visto isso, após análise por esta Administradora Judicial das cláusulas acima expostas, constata-se que todas as medidas recuperacionais supracitadas estão em conformidade com o que dispõe a Lei 11.101/2005.

2.4 DA CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL E SUBSTANCIAL

No presente caso não há consolidação processual e tampouco substancial, tendo em vista que o polo ativo da Recuperação Judicial é composto tão somente por uma sociedade empresária.

2.5 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA PAGAMENTO DE CREDORES SUJEITOS AINDA NÃO CONTEMPLADOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES

O Plano de Recuperação Judicial não estabeleceu uma cláusula específica para pagamento dos credores que, em que pese sujeitos a Recuperação Judicial, ainda não haviam sido incluídos no quadro geral de credores.

Nada obstante, o PRJ, em sua página 3, na cláusula denominada “Créditos”, estabelece que será considerado como crédito *“Todos os créditos e direitos detidos pelos Credores contra a empresa recuperanda, existentes na data do ajuizamento da recuperação judicial ou cujo fato gerador seja anterior ou coincidente com a Data do Pedido, **sejam materializados ou contingentes**, estejam ou não vencidos, sejam ou não objeto de disputa judicial ou procedimento arbitral, **estejam ou não incluídos na Lista de Credores**. Os créditos que não estejam sujeitos à Recuperação Judicial em razão de previsão legal ou decisão judicial transitada em julgada não são incluídos na presente definição.”* (grifo nosso).

Sendo assim, compreende-se que, na hipótese de inclusão de novos créditos no Quadro Geral de Credores da Recuperanda, estes serão adimplidos na forma discriminada na “Parte III – Pagamentos dos Credores” do Plano de Recuperação Judicial, a depender da classificação em que o novo crédito for alocado.



2.6 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Plano de Recuperação Judicial não estabeleceu uma cláusula geral para pagamento dos créditos fiscais e demais créditos não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial.

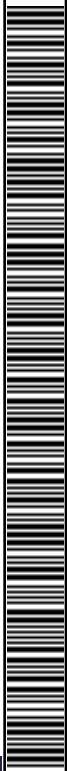
Todavia, o PRJ, na cláusula “Credores Extraconcursais” (pg. 3), prevê a possibilidade dos credores não sujeitos à Recuperação Judicial aderirem aos moldes do PRJ, oportunidade em que estes, uma vez que aderentes ao plano, restarão sujeitos à sua aplicação.

2.7 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS

O Plano de Recuperação Judicial apresentado, em sua cláusula “**Garantias Reais e Fiduciárias**” (pg. 9), estabelece que as garantias prestadas pela Recuperanda são ratificadas através do PRJ, sendo que, se necessário e autorizado pelo Credor detentor da garantia, estas poderão ser alteradas e renovadas.

Outrossim, o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda prevê, em sua cláusula “**Viabilidade Econômica do Plano**” (pg. 5), que os sócios deverão ser liberados do máximo de garantias fidejussórias prestadas.

Ainda, na cláusula “**Novação**” (pg. 6), o PRJ dispõe que, diante da novação dos créditos ensejada pelo PRJ, todas as garantias que sejam incompatíveis com o PRJ apresentado não serão aplicáveis, salvo se expresso de forma diversa no Plano de Recuperação Judicial.



3

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES



3.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

Consoante Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 103 dos autos recuperacionais, apresenta-se, na sequência, uma síntese da forma de pagamento proposta, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Parcela Inicial	Carência (Exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	-	-	-	-	-
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	Dia subsequente ao 12º mês a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	12 (doze) meses a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	72 (setenta e duas) parcelas mensais consecutivas.	-	60% (sessenta por cento).
Classe III Créditos Quirografários	Dívidas Bancárias	Dia subsequente ao 12º mês a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	12 (doze) meses a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	72 (setenta e duas) parcelas mensais consecutivas.	-	60% (sessenta por cento).
	-	Dia subsequente ao 6º mês a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	6 (seis) meses a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	60% (sessenta por cento) do principal em 3 (três) parcelas anuais, iguais e sucessivas e 40% (quarenta por cento) do principal em 1 (uma) única parcela ao final do prazo de um ano a partir do vencimento da parcela anterior, sendo os juros acumulados no período pagos integralmente nesta mesma data de vencimento.	Juros equivalentes à taxa média de mercado.	-



Classe	Subclasse	Parcela Inicial	Carência (Exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe IV Créditos ME / EPP	-	Dia subsequente ao 6º mês a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	6 (seis) meses a contar do trânsito em julgado da decisão que homologar o PRJ.	60% (sessenta por cento) do principal em 3 (três) parcelas anuais, iguais e sucessivas e 40% (quarenta por cento) do principal em 1 (uma) única parcela ao final do prazo de um ano a partir do vencimento da parcela anterior, sendo os juros acumulados no período pagos integralmente nesta mesma data de vencimento.	Juros equivalentes à taxa média de mercado.	-

Fonte: Plano de Recuperação Judicial (mov. 103).

Analizando a forma de pagamento ofertada pela Recuperanda em seu PRJ, nota-se que **não houve a definição de forma de pagamento para os créditos contidos na Classe I – Créditos Derivados da Legislação Trabalhista.**

Assim, menciona-se que, em que pese a inexistência de credores habilitados na Classe Trabalhista quando da apresentação da relação de credores da Recuperanda (movs. 10.4 e 10.5), enfatiza-se que esta Administradora Judicial apresentou, na forma do art. 7º, §2º da LFRJ, sua relação de credores ao mov. 106 dos autos recuperacionais, na qual fora incluído um Credor na classe em comento, consono depreende-se do resumo colacionado *infra*:

CLASSE	RELAÇÃO DA RECUPERANDA		RELAÇÃO DA AJ (art. 7º, § 2º, LRF)	
	Nº de Credores	Valor dos Créditos (Em Reais)	Nº de Credores	Valor dos Créditos (Em Reais)
CLASSE I – TRABALHISTA	0	0	1	7.500,00
CLASSE II - GARANTIA REAL	2	4.315.881,39	0	0
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIO	17	32.589,12	2	37.099,01
CLASSE IV – ME / EPP	0	0	0	0
TOTAL	19	4.348.470,51	3	44.599,01

Nesse sentido, **tem-se como imprescindível a retificação do PRJ pela Recuperanda, no que diz respeito a cláusula “Parte III – Pagamento dos Credores” a fim de que sejam incluídas as condições de**

pagamento da Classe I – Créditos Derivados da Legislação Trabalhista, conforme Relação Nominal de Credores juntada por esta Administradora Judicial ao mov. 106 dos autos, conforme colacionado supra.

3.2 CREDITORES COLABORADORES

O Plano de Recuperação Judicial em análise não prevê proposta de pagamento à credores colaboradores.



4

ALIENAÇÃO DE ATIVOS



4.1 RELAÇÃO DE BENS INDICADOS PARA VENDA

Na cláusula “Parte IV – Da Alienação de Bens”, o Plano de Recuperação Judicial prevê a que a Recuperanda não possui patrimônio sujeito à alienação, bem como que não poderá se desfazer de nenhum dos veículos que integram sua frota.

Assim sendo, não foram relacionados quaisquer ativos passíveis de alienação pela Recuperanda.

4.2 FORMA DE ALIENAÇÃO E DESTINAÇÃO DO PRODUTO

O PRJ estabelece que a Recuperanda não possui ativos passíveis de alienação. Portanto, não fora mencionado como será feita a alienação dos bens, quiçá a destinação do produto destas alienações.



5

**INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS
CONFLITANTES COM A LEI
11.101/2005**



5.1 INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRÁRIAS E QUE NÃO GUARDAM RESPALDO À LEI 11.101/2005

- Cláusulas “**Viabilidade Econômica do Plano (pg. 5) e Novação (pg.6)**”:

A cláusula “**Viabilidade Econômica do Plano**” possui a seguinte redação:

*“Viabilidade Econômica do Plano. Este Plano foi elaborado tomando por base a possibilidade de reestruturação da empresa recuperanda, para tanto (1) as dívidas bancárias precisam todas ser reduzidas a montante representativo de 40% (quarenta) do seu valor original e precisam ter seu prazo de vencimento alongado por no mínimo 72 (setenta e dois) meses, com prazo de carência para iniciar os pagamentos de 12 (doze) meses; (2) no limite do possível, **os sócios deverão ser liberados do máximo de garantias pessoais prestadas;** (3) os pequenos fornecedores e demais credores quirografários receberão a integralidade da dívida em seu valor original, e precisam ter seu prazo de vencimento alongado por no mínimo 12 (doze) meses.”*

Já a cláusula “**Novação**” prevê:

*“Todos os Créditos são novados por este Plano. Mediante a referida novação, e salvo se expresso de forma diversa no Plano, todas as obrigações, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações **e garantias que sejam incompatíveis com este Plano deixarão de ser aplicáveis.**”*

Nas cláusulas em comento foi estabelecido que, com a homologação do PRJ viria a ocorrer a extinção de todas as garantias, sejam elas reais ou fidejussórias prestadas originalmente pela Recuperanda ou seus sócios/coobrigados. Sobre o tema, em que pese a possibilidade de adesão das disposições por determinados credores, o artigo 59 da LREF é translúcido ao estabelecer que a novação oriunda da concessão da Recuperação Judicial não irá afetar as garantias eventualmente prestadas, não havendo óbice, contudo, do credor titular da garantia concordar expressamente com a sua supressão.

Não se olvida a divergência jurisprudencial que permeia o tema, entretanto, em atenção a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no tema 885¹, que deu origem a súmula 581², bem como em atenção as recentes decisões da mesma corte³, no entendimento desta Administradora Judicial, o PRJ pode dispor sobre eventual supressão de garantias prestadas, contudo, tal disposição específica só terá eficácia frente aos credores que aderirem ao plano sem apresentarem eventuais ressalvas quanto a supressão/extinção das garantias.

Nestas considerações, *prima oculi*, o entendimento desta Administradora Judicial é no sentido de que as cláusulas em exame são parcialmente nulas ao sujeitar todos os credores a seu crivo, pois, em que pese a extinção/supressão de garantias seja um direito disponível do credor, este deverá

¹ A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005.

² A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória.

³ REsp 1.794.209 e REsp 1.885.536

demonstrar sua concordância expressa com tal disposição do PRJ para que esta venha a ter eficácia perante si, não sendo o caso de impor a todos os credores de forma indistinta em eventual concessão da Recuperação Judicial.

• Cláusula “**Parte IV – Da Alienação de Bens**” (pg.8-9):

A referida cláusula dispõe:

“A empresa recuperanda não possui patrimônio passível de alienação para garantia das dívidas, entretanto, os veículos que compõem sua frota ficam em garantia da recuperação judicial, não podendo deles desfazer por nenhum meio até o pagamento integral dos credores.”

Na compreensão desta Administradora Judicial, a disposição supramencionada diverge da jurisprudência firmada pelo STJ, sendo pacificado o entendimento de que, compete exclusivamente ao juízo universal, deliberar acerca da essencialidade dos bens pertencentes à Recuperanda para a manutenção de sua atividade empresária, senão vejamos:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ARRESTO DETERMINADO POR OUTRO JUÍZO EM BENS CONSIDERADOS ESSENCIAIS PELO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. **COMPETÊNCIA DO JUÍZO RECUPERACIONAL.** AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. **Nos termos da jurisprudência desta Segunda Seção, “há absoluta convergência, entre doutrina e jurisprudência, que, em conformidade com o princípio da preservação da empresa, o juízo de valor acerca da essencialidade ou não de algum bem ao funcionamento da sociedade cumprir ser realizado pelo Juízo da recuperação judicial, que tem acesso a todas as informações sobre a real situação do patrimônio da recuperanda, o que tem o condão, inclusive, de impedir a retirada de bens essenciais, ainda que garantidos por alienação fiduciária, da posse da sociedade em recuperação (art. 49, § 3º, da LRF)”** (CC 153.473/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/05/2018, DJe 26/06/2018). 2. Nessa linha de entendimento, compete ao Juízo da Recuperação das suscitantes decidir sobre a essencialidade das sacas de milho, bem como acerca da definição de sua propriedade, como, de fato, foi feito, cabendo, a partir daí, a impugnação da parte contrária pelos meios recursais próprios. 3. Agravo interno desprovido. (STJ - AgInt nos EDcl no CC: 169116 MA 2019/0321521-9, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 16/03/2021, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 24/03/2021)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL, EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE DESPEJO. **DESAPOSSAMENTO DO IMÓVEL EM QUE DESEMPENHADA A ATIVIDADE EMPRESARIAL. RECONHECIMENTO DA ESSENCIALIDADE DO BEM. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO.** PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO NO QUE CONCERNE. 1. “Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, **competes ao juízo da recuperação judicial**

a análise acerca da essencialidade do bem para o êxito do processo de soerguimento da empresa recuperanda, ainda que a discussão envolva ativos que, como regra, não se sujeitariam ao concurso de credores. (AgInt no CC 159.799/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 09/06/2021, DJe 18/06/2021) 2. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (STJ - AgInt no REsp: 1784027 SP 2018/0321880-3, Data de Julgamento: 06/06/2022, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/06/2022)

Sendo assim, em conformidade com o entendimento jurisprudencial colacionado supra, tem-se que, em que pese a Recuperanda mencionar na referida cláusula que os veículos que compõem sua frota figuram como garantia da recuperação judicial, não podendo, por conseguinte, desfazer de tais bens até que pagos a integralidade dos credores, tal análise se trata de atribuição exclusiva do juízo universal quanto ao reconhecimento, ou não, da essencialidade de bens pertencentes às Recuperandas, motivo pelo qual, no sentir desta Administradora Judicial, **não deve ser transferido aos credores a decisão, mediante aprovação do PRJ, quanto a essencialidade a impossibilidade de a Recuperanda desapossar-se de determinados ativos.**

Ainda, menciona-se que, conforme dicção do art. 49, § 3º da Lei 11.101/2005, os credores cujos contratos são garantidos por alienação fiduciária não estão submetidos ao processo recuperacional, sendo, portanto, credores extraconcursais até o limite de sua garantia. Outrossim, analisando o feito recuperacional e a documentação fornecida pela Recuperanda à esta AJ, constatou-se que diversos veículos são objeto de alienação fiduciária, não podendo nenhum credor concursal deles dispor senão o próprio credor titular da garantia de cada um daqueles bens (art. 49, § 1º da LRE).

Desse modo, no entendimento desta AJ, **não poderá ser atribuída aos credores concursais a decisão acerca da manutenção da posse de determinados veículos junto à Recuperanda, sendo que tal deliberação deve partir do D. Juízo Universal.**

Nessa seara, na ótica desta Administradora Judicial, o trecho colacionado alhures, o qual compõe a Parte IV – Da Alienação de Bens, é **invalido**, uma vez a deliberação acerca da manutenção da posse de bens da Recuperanda é inerente ao juízo universal, e não de seus credores, de modo que a análise a respeito da imprescindibilidade dos veículos que integram a frota da Recuperanda deverá ser pleiteada por esta nos autos de Recuperação Judicial, ocasião em que o Ilmo. Magistrado decidirá sobre do tema.



6

**CONDUTAS PREVISTAS PELO
ART. 64 DA LEI 11.101/2005**



No Plano de Recuperação Judicial em análise, não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do art. 64 da Lei 11.101/2005.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6TG 7AJDR 2KK7W 4PAHB





GLOSSÁRIO



AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperanda – C. M. Castilho Transportes ME
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial



CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,
Edifício Villagio Di Itália, Zona 03,
CEP 87.050-020
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850



www.marquesadmjudicial.com.br

[f](#) [@](#) [v](#) /marquesadmjudicial

